

Fonte: Estado de Minas

Data: 21/06/2021

Título: Conta de luz deve continuar aumentando e o risco de racionamento é alto

ESTADO DE MINAS Economia

CRISE HÍDRICA

Conta de luz deve continuar aumentando e o risco de racionamento é alto

Especialistas alertam que problema pode ser maior em 2022, devido ao baixo nível dos reservatórios. Consumidor precisa se preparar



 (foto: Reprodução/Norte Energia S.A)

O Brasil é um país com enormes possibilidades **energéticas**, mas ainda está refém das chuvas e das usinas termoelétricas, que geram energia mais cara. Quem paga a conta é o consumidor, que ainda deverá arcar com um reajuste de cerca de 20% no valor das bandeiras **tarifárias** que será definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), até o fim deste mês em função do baixo nível dos reservatórios.

A crise hídrica, que entrou no radar com falta de chuva nas regiões **responsáveis** pelo abastecimento da energia hidráulica, já está doendo no bolso do brasileiro. Um terço da alta histórica de 0,83% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de maio, por exemplo, ocorreu devido aos reajustes da energia elétrica. E, para piorar, essa fatura subirá ainda mais com a **sinalização** da Aneel.

Essa queda dos níveis dos **reservatórios** das usinas hidrelétricas devido à estiagem já era esperada por todos que atuam no setor desde 2014, mas, de acordo com especialistas, faltaram investimentos, seja em térmicas, seja em energias alternativas (solar, eólica e biomassa) para evitar o cenário atual. Com isso, o país corre o risco de reviver o ano de 2001, quando a população e as empresas foram **obrigadas** a diminuir o consumo em 20% para evitar apagões. Para a maioria dos analistas, neste ano, há risco de racionamento, mas não de apagões. O problema maior, no entanto, será em 2022.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em 2001, o Brasil não tinha um sistema interligado de energia elétrica como hoje. “Nossa matriz elétrica, em 2001, era muito mais dependente de hidrelétricas, cerca de 85%. Hoje, é diferente. A dependência reduziu para cerca de 65% da geração hidráulica”, afirma o ministro. Ele conta que, para esclarecer a **população**, o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) lançaram a cartilha Escassez Hídrica e o Fornecimento de Energia Elétrica no Brasil, na qual compara a matriz elétrica e a evolução das linhas de transmissão no Brasil, “que duplicou de extensão entre 2001 e 2020”.

Jerson Kelman, ex-diretor-geral da Aneel, alerta que o setor não está **preparado** para a pior crise em 91 anos, mas também não aceita a comparação com 2001. “No passado, não construíram usinas suficientes e chegamos com insuficiente água em estoque e poucas térmicas para fazer frente ao consumo médio. Não é essa a situação, de hoje, graças, em grande parte, à entrada de novas gerações: eólica, solar e térmicas”, afirma. Para ele, ainda dá tempo de tomar medidas para evitar uma **grave** crise hídrica.

Mas a falta de energia em horários de pico, segundo **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, pode ter sérios impactos, não somente no bolso do consumidor, mas no crescimento econômico. Sales avalia que eventuais alterações na energia podem forçar as empresas a mudar a rotina ou reduzir a capacidade de produção. “Qualquer mudança **forçada** significa uma certa perda”, acrescenta.

Níveis históricos

O nível dos reservatórios no Brasil **poderá** atingir o pior da série histórica, iniciada em 1931, em novembro, pelas informações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Atualmente, as represas das **hidrelétricas** na regiões Sudeste e Centro-Oeste — responsáveis por mais da metade da energia brasileira — estão com cerca de 30% da capacidade, o pior patamar dos últimos 20 anos.

A falta de investimentos é a tônica de qualquer lado que se consulte, seja entre os representantes das usinas térmicas, seja dos alinhados ao vento e ao sol. Roberto D'Araujo, diretor do Instituto Ilumina, explica que não houve mudanças no sistema de produção e transmissão de energia desde a década de 1990, e as térmicas têm lucrado, prejudicando a natureza e o bolso do consumidor. “No governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado um plano **prioritário** para as térmicas. Quando elas são desligadas, vão ao mercado livre e vendem, na verdade, a energia das hídricas. O mercado brasileiro é diferente do da maioria do mundo. Não há ligação direta entre oferta e demanda”, lamenta.

E esse privilégio às térmicas poluentes, segundo ele, tende a se perpetuar com a Medida Provisória que trata sobre a privatização da Eletrobras, a MP 1031/2021. “Foi colocado um jabuti (emenda não relacionada ao tema principal da matéria) na proposta da privatização que apoia essas usinas em detrimento de energias alternativas”, critica. Aprovada na semana passada no Senado Federal, a MP precisa ser votada até amanhã (22), pela Câmara dos Deputados, caso contrário, **perderá** a validade. “E não adianta privatizar a Eletrobras pensando que os empresários vão investir em hidrelétricas. Não vão. O setor privado só constrói usinas quando tem o governo como sócio”, afirma D'Araujo.

Larissa Rodrigues, gerente de Projetos e Produtos do Instituto Escolhas, concorda que, nos últimos anos, o país deixou de investir em fontes de energia renováveis. “Hoje, grande parte da energia elétrica do país ainda vem de usinas hidrelétricas, mais de 60% do total. Solar, eólica e biomassa são pouco mais de 19%. Por isso, a gente fica preso nas hidrelétricas e termelétricas. Quando tem mais chuva, se aciona as hidrelétricas e, menos chuvas, as termoelétricas. E a conta do **consumidor** acaba subindo. Por isso, existem bandeiras tarifárias. Quando ela chega à cor vermelha, estamos acionando mais as térmicas”, resume Larissa, que também critica a MP Eletrobras e os jabutis que devem onerar o consumidor, deixando a conta mais **cara**.